Capítulo 75

O Brasil monárquico: o Segundo Reinado (1840-1889)

A declaração de maioridade de D. Pedro de Alcântara três anos antes do previsto fora um golpe bem dado pelos liberais, oposicionistas da Regência Una de Araújo Lima. O novo imperador negaria, mas sabe-se que deu apoio tácito à campanha liberal, diante da qual o governo regencial não teve como reagir, desgastado pelos movimentos revolucionários em desenvolvimento Brasil afora.

Proclamada a maioridade em 23 de julho de 1840, no mesmo dia D. Pedro prestou juramento.

Durante quase meio século, o Segundo Reinado enfrentou dificuldades econômicas, configuradas especialmente na crescente dependência da Inglaterra. Passou por três fases:

1840-1850 — Lutas civis e pacificação interna.

1850-1870 — Lutas externas que envolveram países do Prata: Uruguai, Argentina e Paraguai.

1870-1889 — Campanhas pela libertação dos escravos e proclamação da República.

1. Organização político-administrativa

A administração do Segundo Reinado organizou-se segundo os moldes do Primeiro, com a volta do Poder Moderador e do Conselho de Estado.

Claro que o imperador nomeou Ministério dominado pelos liberais, a quem devia maioridade antecipada. Durou só oito meses. Por duas razões: não conseguiu pacificar as províncias e foi responsável por grandes escândalos, como as *eleições do cacete*, assim chamadas porque os liberais organizaram grupos de marginais para dissolver a cacetadas as reuniões dos conservadores, que aliás agiam da mesma forma.

O novo Ministério, conservador, conseguiu do imperador a dissolução da Câmara dos Deputados, de maioria liberal, eleita graças à fraude e à violência. Para começar, o governo havia substituído todo o pessoal encarregado de fiscalizar e presidir as eleições, removendo e suspendendo juízes de Direito, chefes de polícia, oficiais da Guarda Nacional, juízes de paz, e até renomeando novos presidentes das províncias, tudo nas vésperas da votação. Depois, baixou a violência. Com a cumplicidade da polícia, ou sob a direção dela, latagões assaltaram as mesas eleitorais. Identificavam-se pelo laço amarelo ao pescoço: eram os *papos-amarelos*. Por toda parte, houve espancamentos e assassinatos. Para completar, a fraude escancarada: votos de crianças, escravos e pessoas inexistentes; gente impedida de votar, urnas trocadas, atas falsificadas etc. As alegações contra a legitimidade das eleições de 1840 abalaram o Gabinete e precipitaram sua dissolução.

A partir de 1844, sucederam-se vários governos liberais até 1848, quando os conservadores voltaram ao poder, através de Ministério chefiado por Araújo Lima, o último regente uno.

Durante praticamente todo o Segundo Reinado, predominou o *regime parlamentarista* de modelo britânico. Sua norma básica estabelece que qualquer gabinete só fica no poder enquanto merece a confiança da Câmara dos Deputados. Isto não estava previsto na Constituição de 1824 e o imperador não era obrigado a submeter a escolha dos ministros à Assembléia Legislativa. A presidência do Conselho de Ministros só foi estabelecida em lei em 1847, mas desde 1843 existia a figura do ministro principal.

De 1847 até o fim do Império, sempre que era necessário reorganizar o Gabinete, o imperador nomeava o presidente do Conselho; ele escolhia os outros ministros e respondia pelos atos perante a Câmara e o imperador. Em caso de conflito entre os poderes Legislativo e Executivo, cabia ao imperador — orientado pelo Conselho de Estado, composto por políticos dos dois partidos — substituir o Ministério ou dissolver a Câmara; neste caso, marcava novas eleições.

Quase não havia diferença entre os partidos dominantes, Liberal e Conservador. Era corrente o dito popular de que não havia nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder. As eleições não representavam a vontade de todo o povo, mas a dos grandes proprietários rurais. Eles dominavam as províncias; controla-

vam o número de eleitores; fraudavam as eleições; exerciam, enfim, o poder diretamente ou através de apadrinhados.

Essa identidade de interesses ajuda a entender o chamado *Ministério da Conciliação*, de 1853, com a participação dos dois partidos. Também ajuda a explicar como foi que a abolição da escravatura, resultado de ampla campanha liberal, transformou-se em lei graças a um Gabinete conservador.

2. A Praieira

Os pernambucanos já tinham tradição na defesa de idéias republicanas, manifestadas em 1817 (Revolução Pernambucana) e 1824 (Confederação do Equador). Agora, andavam descontentes com a família Cavalcanti, dona de quase todas as terras cultiváveis e da máquina administrativa da província. Em 1848, a revolta explodiu quando o governo conservador nomeou para Pernambuco um presidente que desgostou os liberais.

O nome do movimento deriva da Rua da Praia, em que funcionava o jornal liberal *Diário do Povo*. Os praieiros defendiam programa avançado: voto livre e universal, liberdade de imprensa, garantia de trabalho, nacionalização do comércio, que estava nas mãos de portugueses, abolição do trabalho escravo, regime republicano e reformas econômicas e sociais.

Iniciado em Olinda, o movimento marchou para o Recife, mas os rebeldes não conseguiram tomar a cidade e, em menos de um ano, muitos tiveram de fugir para o interior, derrotados, principalmente depois que alguns chefes praieiros mudaram de lado. Um dos líderes, Pedro Ivo Veloso, resistiu no mato por três anos, até acabar traído pelo próprio pai.

A anistia concedida pelo governo central, em novembro de 1851, pôs fim ao movimento.

3. A vez do café

Segundo Caio Prado Júnior, durante o Segundo Império realizou-se uma verdadeira revolução no âmbito das atividades produtivas. Coisa que não mudou o papel do Brasil de fornecedor de produtos tropicais às potências industrializadas e detentoras do capital.

Caio Prado relaciona dois fatos a constituir tal revolução: o primeiro, de natureza geográfica, é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para o Centro-sul; outro é a decadência das lavouras tradicionais (cana, algodão, tabaco), paralelamente ao desenvolvimento de uma que até então tinha pouca importância: o *café*.

As lavouras tradicionais sofreram condições internacionais desfavoráveis: o *açúcar* enfrentou a concorrência do açúcar de beterraba e as pesadas taxas estabelecidas pelos governos sobre sua importação; o *algodão* perdeu para o americano e o oriental; o *tabaco* ficou prejudicado pela diminuição do tráfico de escravos, pelos quais era trocado.

O fim do tráfico de escravos em 1850 também atingiu a economia agrícola tradicional. O mesmo não aconteceu no Sul, que importou escravos do norte empobrecido e depois recorreu à imigração européia.

Introduzido no Brasil em 1727, o café só ganhou importância um século depois, com a decadência do ouro, centro das atenções durante quase todo o século XVIII. A Independência dos Estados Unidos, em 1776, contribuiu para a expansão do café. Grandes consumidores, os norte-americanos se voltaram para o produto brasileiro por duas grandes razões: livrar-se da importação da Inglaterra e suas colônias; o Brasil ficava mais perto. Os Estados Unidos chegaram a absorver mais de 50% das nossas exportações de café. No século XIX, a exportação cresceu sem parar:

DÉCADA	QUANTIDADE (sacas de 60 kg)
1821-30	*3 178 000*
1831-40	*10 430 000*
1841-50	*18 367 000*
1851-60	*27 339 000*
1861-70	*29 103 000*
1871-80	*32 509 000*
1881-90	*51 631 000*

Fonte: História Econômica do Brasil, Caio Prado Júnior

O café, planta mais delicada que a cana, é sensível a geadas ou a calor excessivo. Exige chuvas bem distribuídas e solo especial. Leva de quatro a cinco anos para produzir, o que pressupõe grande capital a empatar nesse tempo todo. Essas

condições existiam no Sul e Sudeste do país. Até o fim do século XIX, o café avançou em duas etapas:

- O *Vale do Paraíba*, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foi o primeiro grande centro produtor, até 1870. Exportava pelo porto do Rio.
- A erosão e a exploração sem cuidados esgotaram as terras do Vale, e o café, partindo de Campinas, rumou para o *oeste paulista*. Em fins do século, em torno de Ribeirão Preto, formou-se o núcleo produtor do melhor café brasileiro, famoso em todo o mundo. Ali havia a especial *terra roxa* (deriva de *rossa*, vermelha em italiano). A exportação se fazia pelo porto de Santos.

Mais tarde, o café alcançaria o extremo oeste de São Paulo, sudeste de Minas e, já na metade do século XX, o norte do Paraná.

A balança está salva

Durante o Segundo Reinado, o café manteve a posição alcançada na Regência, de mais importante produto de exportação. Na receita das exportações brasileiras, entre 1840 e 1890, enquanto caía a participação do açúcar (26,7% para 9,9%) e do algodão (7,5% para 4,2%), a do café subia de 41,4% para 61,5%.

Em conseqüência, a partir de 1860, os tradicionais déficits na balança comercial deram lugar a superávits. Em certas classes sociais e regiões, melhorou o padrão de vida e surgiu algum progresso técnico (meios de transporte e comunicação, fábricas), apesar da dependência do exterior.

Mas no fundo, a extraordinária importância do café constituiria a riqueza e a miséria de nossa economia: *riqueza* porque trouxe divisas, embora elas se concentrassem nas mãos de poucas pessoas; e *miséria* porque a economia passou a depender quase exclusivamente da monocultura cafeeira. Assim, qualquer crise internacional na produção ou no comércio do café arrastaria junto a economia do país, como aconteceu durante o século XX.

A expansão do café reforçou a estrutura da economia agrícola brasileira, baseada na *grande propriedade*, na *monocultura de exportação* e na *exploração da mão-de-obra*. O concurso de capitais ingleses contribuiu para a manutenção da tradicional estrutura. Tirando os inconvenientes que acarretaram, os capitais ingleses possibilitaram:

- a construção de ferrovias e indústrias;
- o aparelhamento dos portos;
- o equilíbrio das finanças externas, sem que fossem sacrificadas as importações.

Observe-se que a construção de estradas de ferro e outras melhorias só ocorreram enquanto interessavam ao capital internacional, pois facilitavam o escoamento da produção e a manutenção da economia baseada na monocultura destinada à exportação.

O capital internacional, especialmente o inglês, tinha duplo interesse em emprestar dinheiro ao Brasil: primeiro, que os empréstimos garantiam o fornecimento de produtos primários a baixo custo; segundo, que as ferrovias e outras melhorias para facilitar o escoamento dos produtos eram feitas à custa dos próprios brasileiros, que pagavam os empréstimos acrescidos de juros — não havia risco algum para os banqueiros.

De 1852 até o fim do Império, o Brasil levantou na Inglaterra onze empréstimos públicos, no valor global de 60 milhões de libras, grande parte usada para pagar dívidas antigas.

Mais dois fatos contribuíram para equilibrar econômica e financeiramente o país:

- a mudança da política alfandegária, em 1844, com a fixação de taxa única de importação, de 30%; deixou de vigorar a taxa de 15% para produtos ingleses, o que acarretou aumento das rendas públicas;
- a abolição do tráfico de escravos, em 1850, que diminuiu os gastos com importações.

4. O extermínio de um povo

Durou pouco o equilíbrio econômico e financeiro. A Guerra do Paraguai (1865-1870) trouxe grandes despesas, financiadas principalmente pelos ingleses. Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se na *Tríplice Aliança* para lutar contra o Paraguai, no mais sério conflito externo de nossa história.

O Paraguai, sob o governo de Solano López, havia se transformado no único país latino-americano que podia ser considerado livre de qualquer colonialismo. Diversificou sua agricultura, instalou uma fábrica de armas e pólvora, organizou uma flotilha de barcos para neutralizar o domínio brasileiro no Rio Paraná e transformou latifúndios improdutivos em fazendas estatais. A independência econômica paraguaia representava um desafio para os ingleses, necessitados de mais e mais mercados consumidores. Brasil e Argentina

tinham interesse em terras do Paraguai. Só faltava o pretexto para a guerra, fornecido pelo próprio Solano em 24 de novembro de 1864: ele rompeu relações com o Brasil, apresou o navio *Marquês de Olinda* e invadiu o Mato Grosso, tentando estabelecer soberania sobre a região do Rio Paraguai.

O Tratado da Tríplice Aliança já estava pronto um ano antes de ser assinado e, antes da guerra portanto, já estipulava a destruição e partilha do Paraguai. Recebeu por isso os protestos dos Estados Unidos e países da América Latina. A guerra deixou o Paraguai arrasado: aniquilou 96% dos homens e 55% das mulheres. De seus 800 000 habitantes, restaram apenas 194 000. Suas terras foram vendidas a estrangeiros, que passaram a cobrar taxas para que os antigos donos pudessem trabalhar nelas.

Bom negócio para a Inglaterra, que manteve o domínio econômico sobre a região sem se envolver na luta. Brasil e Argentina conseguiram as terras pretendidas — 140 000 km^2; mas aumentaram sua dependência da Inglaterra. Os empréstimos brasileiros subiram gradativamente, passando de 3 milhões de libras em 1871 para quase 20 milhões em 1889.

5. A indústria toma fôlego

A abertura dos portos em 1808 havia atrapalhado a principiante indústria colonial, sem condições de concorrer com os importados, que gozavam de facilidades alfandegárias. Mas outros fatores contribuíam para dificultar o desenvolvimento industrial do país:

- a deficiência de energia, pela qualidade inferior de nosso carvão e pelas condições precárias de sua exploração;
- a insuficiência da siderurgia, dadas as dificuldades de exploração das reservas de ferro;
- a deficiência dos mercados consumidores: a população era escassa e dispersa, com baixo padrão de vida e de poder aquisitivo.

Mas havia fatores favoráveis à industrialização:

- a dificuldade de pagar a importação de manufaturados estimulava a produção interna;
- a elevação das tarifas alfandegárias oferecia mais possibilidades de concorrer com os importados;
- a produção de algodão estimulava o estabelecimento da indústria têxtil;
- a mão-de-obra abundante barateava os custos de produção.

O primeiro impulso considerável na industrialização ocorreu na última década do Império. O número de estabelecimentos saltou de 200 em 1881 para mais de 600 em 1889. De cada cinco investimentos, três se orientavam para a indústria *têxtil*; vinham em seguida os setores da *alimentação* e de produtos *químicos*, além de outros menos importantes. Nada, porém, que chegasse aos pés da pujança que, século XIX afora, se havia irradiado da Inglaterra, a *oficina do mundo*, para o resto da Europa, Ásia e Estados Unidos, como veremos no próximo capítulo.

6. O fim da escravidão

A partir da Independência, cresceu a consciência antiescravista. Compreendia-se que não seria possível construir uma nação livre conservando a população dividida em castas opostas.

A Inglaterra, maior traficante até fins do século XVIII, aboliu a escravidão nas colônias em 1833 e transformou-se em maior defensora do fim do comércio escravista. Suas razões, além daquelas ditadas pelo processo civilizatório, tinham fundo predominantemente econômico. Depois da Revolução Industrial, o capitalismo se consolidou e lhe interessava mercados consumidores sempre mais amplos. Era necessário que os trabalhadores fossem assalariados — escravo nada compra. Além disso, o dinheiro empregado em escravos poderia passar a comprar produtos ingleses.

A pressão inglesa se abateu sobre o Brasil, maior comprador de escravos da época. Em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I, surgiu a primeira lei antiescravista: ela proibiu o *tráfico negreiro*. Os proprietários rurais não acataram a lei, que permaneceu como letra morta: apenas serviu para satisfazer compromissos internacionais. A Inglaterra sentiu-se amparada para abordar navios traficantes em alto-mar. Estes, quando abordados, lançavam os escravos ao mar, para eliminar a prova do crime.

Em 1845, o Parlamento inglês aprovou a lei conhecida como *Bill Aberdeen*. Permitia à esquadra inglesa prender navios escravos e julgar os tripulantes como piratas. O Brasil protestou energicamente, pois se tratava de ato unilateral, e cresceram os conflitos entre os dois países. Mas

em 1850, o Brasil cedeu: a *Lei Eusébio de Queirós* reafirmou a lei de 1831 e autorizou a expulsão dos traficantes do país. O tráfico despencou. Em 1849, tinham entrado 54 000 escravos no país; o número desceu a menos da metade no ano seguinte e, em 1852, não passou de 700.

Os 50 000 escravos anuais representavam o maior negócio brasileiro da época, metade de todas as importações. Agora, as pessoas e o dinheiro envolvidos no tráfico negreiro se encaminhariam para outras atividades.

A abolição da escravatura ainda demoraria 38 anos, dada a resistência dos proprietários rurais. A pressão aumentou a partir de 1860, com campanhas e debates na imprensa. Em 1865, com a abolição nos Estados Unidos, só restavam dois países ocidentais a manter a escravidão: Cuba e Brasil. Depois da Guerra do Paraguai, a abolição virou questão de honra nacional. Organizados em associações, os abolicionistas passaram a ajudar os escravos a fugir, quebrando a disciplina nas senzalas. A situação repercutiu no governo: de 1880 a 1885, sete Ministérios se revezaram. Os escravocratas passaram a compreender a inutilidade de sua resistência e a temer a revolta dos 800 000 escravos existentes.

Duas leis que reconheciam o direito dos negros à liberdade se sucederam, antes da penada final que pôs fim à escravidão: a *Lei do Ventre Livre*, de 1871, declarando livres os filhos de escravas nascidos a partir daquela data; e a *Lei dos Sexagenários*, de 1885, concedendo liberdade aos escravos maiores de 60 anos — esta considerada brincadeira de mau gosto, pois a vida útil do escravo era em média de dez anos e, portanto, haveria muito poucos com mais de 60 anos.

No auge das campanhas, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a *Lei Áurea*. Comportando apenas dois artigos:

Art. 1º — É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

A abolição resultou da conjugação de vários fatores:

- a *rebeldia negra*, manifesta desde o início da escravidão, através das fugas ou de movimentos organizados, como a Guerra dos Palmares (1635-1695);
- a *escassez* de escravos após a extinção do tráfico, que fez subir o preço deles a tal ponto que só começavam a dar lucro depois de dez anos de trabalhos prestados;
- as *campanhas abolicionistas*, com duas correntes: a moderada, à qual pertenciam Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, favorável a uma campanha sem muita participação popular, à base de debates e legislação "emancipadora"; e a radical, do ex-escravo Luís Gama, Silva Jardim e Raul Pompéia, ala que chegou a pregar a insurreição do escravo contra o senhor.

7. Chegam os imigrantes

A abolição pôs em xeque a estrutura do sistema colonial, que em parte se recompôs no sul cafeeiro, com o uso da mão-de-obra assalariada dos imigrantes europeus.

O pioneiro foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro. Entre 1847 e 1857, ele recebeu 177 famílias alemãs, suíças, portuguesas e belgas em sua fazenda de Ibicaba, São Paulo. E até o fim do século, chegariam mais de 100 000 imigrantes por ano, a maioria italianos e portugueses; metade deles fixou-se no Estado de São Paulo.

8. O fim do Império

A chegada dos imigrantes, o desenvolvimento das cidades e o surto industrial estimularam o surgimento de uma classe média constituída de trabalhadores da indústria e comércio, além de funcionários públicos. A influência dos militares havia crescido após a campanha do Paraguai. Os novos grupos sociais influíram no movimento pela mudança do regime político.

As idéias republicanas sempre tinham sido bem recebidas no Brasil. Elas animaram a Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710), ganharam vigor na Inconfidência Mineira (1789) e na Conjuração Baiana (1798); e explodiram na Revolução Pernambucana (1817) e na Confederação do Equador (Pernambuco e outras províncias nordestinas, 1824). Intensificaram-se de novo no período regencial com a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845). Mas foi na fase final do Segundo Império que a tese de um governo republicano passou a ser defendida de forma sistemática, com a fundação do *Partido Republicano*, em 1870.

Depois da Guerra do Paraguai, vários fatos

reforçaram o ideal republicano e levaram à queda do Império:

- o contato com as repúblicas do Prata;
- os conflitos Igreja X Governo;
- os conflitos Militares X Governo;
- a abolição da escravidão e a expansão cafeeira.

O conflito com a Igreja acentuou-se em 1872, quando os bispos de Olinda e Belém resolveram cumprir determinações do Vaticano, mesmo sem aprovação do imperador, o que era necessário em virtude da união entre Igreja e Estado; e suspenderam as irmandades que não haviam excluído os maçons de seus quadros. O imperador ordenou o cancelamento da suspensão mas os bispos se recusaram a cumprir a ordem: foram presos e condenados a trabalhos forçados. Apesar da anistia decretada em 1875, as relações Igreja-Império se deterioraram, e o clero passou a apoiar a causa da República.

Entre os militares, o ideal republicano penetrou graças a Benjamin Constant, seguidor do filósofo francês Auguste Comte, fundador do positivismo, sistema segundo o qual o conhecimento verdadeiro resulta da observação e experiência. Muitos oficiais também passaram a acusar o governo de pouco se importar com os militares.

Em 1883, o tenente-coronel Sena Madureira atacou em artigo de jornal um projeto de lei de interesse do Exército. O governo proibiu os militares de manifestar-se pela imprensa sem ordem do ministro da Guerra e puniu os infratores. Protestos gerais. Deodoro da Fonseca, comandante no Rio Grande do Sul, foi ao Rio de Janeiro. Diante da recusa do governo em cancelar as punições, assinou violento manifesto em defesa do Exército, escrito por Rui Barbosa.

O governo teve de ceder e mostrar sua fraqueza: cancelou as punições. Os republicanos saíram fortalecidos. O regime vinha se apoiando nos donos de escravos. Com a abolição, a monarquia perdeu a base de sustentação e cavou a própria sepultura. A campanha abolicionista havia agitado o país de norte a sul e, interligando-se com a campanha republicana, desmoralizou as autoridades imperiais: seu poder desmoronava como castelo de cartas.

Ao lado da industrialização, a expansão do café produziu também novos grupos sociais desejosos de participação política. A monarquia retardava e atrapalhava a modernização exigida pelos barões do café e empresários urbanos, setores sociais que influenciaram bastante para a queda do Império.

Após a fundação do Partido Republicano (Rio, 1870), a campanha cresceu rapidamente a partir da Convenção de Itu (São Paulo, 1873); ganhou força irresistível depois de 1880, quando já existiam mais de 180 clubes republicanos no país. Faltava o empurrão final, dado pelos militares, que organizaram uma conspiração para proclamar a República em 20 de novembro de 1889.

Os conspiradores anteciparam a data, temerosos de que o governo pudesse organizar a defesa. No dia 14, correu o boato da prisão de alguns líderes republicanos, como Benjamin Constant e o marechal Deodoro. Este assumiu o comando das tropas e, no dia 15, ocupou o quartel-general no Rio de Janeiro. O imperador tentou conciliar formando novo Gabinete. Não tinha poder para mais nada. O poder estava nas mãos dos republicanos.

Questões propostas

1. Quais as principais fases do Segundo Reinado?

2. Quais eram as diferenças entre conservadores e liberais no Império? Dê exemplo da ação partidária durante as eleições.

3. Em que consistia o regime parlamentarista imperial?

4. Resuma a rebelião conhecida como Praieira.

5. Que fatores contribuíram para a expansão cafeeira?

6. Que país era o Paraguai antes da guerra contra a Tríplice Aliança que uniu Brasil, Argentina e Uruguai?

7. Como ficou o Paraguai depois da guerra?

8. Que fatores dificultaram e quais facilitaram a industrialização no Império?

9. Que fatores levaram à abolição da escravatura? Como se recompôs a estrutura baseada no trabalho escravo?

10. Que foi a questão religiosa? E a militar?